

➤ **DIVERSOS**

**15. PROPOSTA – CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS COM O MUNICÍPIO DE BRAGA -. SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS – APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS ESTATUTOS:**

Do **Sr. Vereador responsável pela Área do Urbanismo**, submetendo proposta relativa à constituição de associação de municípios de fins específicos com o Município de Braga - Sacromontes de Braga e Guimarães, Associação de Municípios – aprovação dos respetivos estatutos, tornando-se necessário que a Câmara Municipal delibere:

- a)- A aprovação da constituição da associação de fins específicos denominada SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS, nos termos dos estatutos que se anexam, bem como dos artigos 108.º e seguintes do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- b)- Submeter, nos termos da al. u) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, a constituição da referida associação de municípios, cujo acordo constitutivo, definido pelos seus estatutos, deve ser aprovado pelo mesmo órgão deliberativo, de acordo com o n.º 1 do art.º 108.º daquele diploma legal.

## PROPOSTA

**ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS COM O MUNICÍPIO DE BRAGA - SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS - APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS ESTATUTOS**

### Considerando que:

1. Os municípios de Guimarães e Braga têm vindo a encetar esforços no sentido de desenvolver uma estratégia de gestão do território que abrange o Bom Jesus do Monte, o santuário do Sameiro, a capela de Santa Maria Madalena, a capela de Santa Marta do Leão e os povoados castrejos de Santa Marta das Cortiças, de Briteiros e de Sabroso, perfazendo uma área de cerca de 2500 hectares, que abrange as áreas administrativas referentes às freguesias e Uniões de freguesia de: Esporões, Nogueira, Fraião e Lamações, Espinho, Sobreposta e Pedralva, do concelho de Braga, e Sande S. Lourenço e Balazar, Longos, Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia e Briteiros Santo Estêvão e Donim, do concelho de Guimarães; com o intuito promover *a valorização, reabilitação, restauro e promoção do património construído; a proteção da área florestal que envolve os santuários e povoados castrejos; a definição de ações para a gestão ativa e valorização da paisagem florestal; e a promoção integrada de toda a área e respetivos recursos, como conjunto de elevado valor patrimonial e turístico.*
2. Nessa sequência foi entendido que o instrumento de gestão territorial adequado a estes propósitos é o Programa Intermunicipal previsto e regulado nos artigos 61.º e seguintes do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) estabelecido no D.L. n.º 80/2015, de 14 de maio.
3. Foi dado início ao procedimento para a elaboração deste instrumento de gestão territorial de articulação intermunicipal que exigia, desde logo, numa fase preliminar, a autorização Governamental precedida de parecer da CCDR-N, considerando que se tratava de uma situação excecional em razão de os municípios envolvidos, pese embora territorialmente contíguos, não se encontrarem integrados na mesma entidade intermunicipal (cf. resulta do previsto no art.º 61.º, n.º 2, al. b) do RJIGT).



4. Esta fase preliminar foi cumprida, tendo sido solicitado o parecer em questão, emitido em 19 de junho de 2018, assim como a referida autorização por parte da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, através do Despacho n.º 12068/2018, de 5 de dezembro e publicado em Diário da República, 2.ª série, de 14 de dezembro de 2018.
5. Posteriormente, a Câmara Municipal, por deliberação de 12 de outubro de 2020, e a Assembleia Municipal, em sessão de 5 de fevereiro de 2021, aprovaram a elaboração do Programa Intermunicipal para os Sacromontes, nos pressupostos constantes da proposta então apresentada.
6. O Programa Intermunicipal dos Sacromontes compreende um território pontuado por um conjunto de símbolos identitários notáveis, tais como o santuário do Bom Jesus do Monte, o santuário do Sameiro, a capela de Santa Maria Madalena, a capela de Santa Marta do Leão e os povoados castrejos de Santa Marta das Cortiças, de Briteiros e de Sabroso. Sustentado na recuperação e salvaguarda dos valores patrimoniais e ambientais em causa, o Programa versa a diversidade de matérias envolvidas. Em estreito paralelismo com os princípios plasmados nas diversas Cartas e Convenções internacionais e sem comprometer a futura adição de quaisquer outras premissas que venham a ser tomadas por relevantes, os municípios envolvidos determinaram como principais objetivos a alcançar:
  - a segurança de pessoas e bens, a proteção de bens patrimoniais incluindo a proteção e valorização da área florestal que envolve os espaços sagrados ou sacralizados através de uma estratégia de defesa contra incêndios;
  - a valorização, reabilitação, restauro e promoção do património construído e natural;
  - a definição dos mecanismos de operacionalização do Programa, através da determinação de ações para a gestão ativa e valorização da paisagem florestal;
  - a promoção de modo integrado de toda a área e de todos os recursos, como conjunto de elevado valor patrimonial e turístico.
7. Cientes da importância que esta extensa área florestal, pontuada por imóveis e conjuntos de valor patrimonial significativo, tem para a qualificação da paisagem partilhada por ambos, os Municípios de Braga e de Guimarães uniram os seus esforços para a concertação de políticas e ações públicas tendentes à qualificação,

- defesa e promoção deste território, encontrando na figura do Programa Intermunicipal o instrumento mais adequado para o pretendido.
8. Para o efeito, sob a coordenação da arquiteta paisagista Teresa Andresen, foi constituída nos dois municípios uma equipa multidisciplinar reunindo diferentes valências técnicas, que iniciou um trabalho de partilha de conhecimentos e de articulação com vista à elaboração daquele programa intermunicipal. No seguimento deste trabalho os municípios concluíram que seria importante criar uma associação entre ambos, de natureza pública, que tivesse como fim principal a elaboração e execução do Programa Intermunicipal dos Sacromontes e, por via deste, a valorização e a promoção do património cultural e natural, do ambiente, da paisagem e da vida ao ar livre.
  9. A constituição das associações de autarquias de locais de fins específicos é da competência dos órgãos executivos e deliberativos, nos termos do art.º 108.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, cujos estatutos devem ser elaborados nos termos do art.º 109.º do mesmo diploma legal.
  10. Nesta conformidade foram elaborados, em conjunto com os serviços da Câmara Municipal de Guimarães, os estatutos da Associação a constituir, que se juntam em anexo (doc n.º 1).
  11. Foi entendimento dos dois presidentes dos Municípios promotores do projeto adotarem a terminologia SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS.
  12. A associação de fins específicos a constituir é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza associativa e âmbito territorial, e visa a realização de interesses comuns aos municípios integrantes de Braga e Guimarães, regendo-se, enquanto associação de municípios de fins específicos, pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, pelos presentes Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.
  13. Para instruir o processo de constituição desta nova entidade foi realizado um estudo de viabilidade económico-financeira da Associação, conforme cópia que se junta (doc n.º 2)

**Em face do exposto propõe-se que a Câmara Municipal delibere:**

1. A aprovação da constituição da associação de fins específicos denominada SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS, nos termos dos estatutos que se anexam, bem como dos artigos 108.º e seguintes do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
2. Submeter, nos termos da al. u) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, a constituição da referida associação de municípios, cujo acordo constitutivo, definido pelos seus estatutos, deve ser aprovado pelo mesmo órgão deliberativo, de acordo com o n.º 1 do art.º 108.º daquele diploma legal.

Paços do Concelho de Braga, 11 de abril de 2022

O Vereador Responsável pela Área do Urbanismo,

(Dr. João Rodrigues)



**SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS**

**CAPÍTULO I - Disposições Gerais**

**ARTIGO 1.º - Natureza, composição, designação e sede**

1 - A SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS, daqui em diante referida como Associação, é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza associativa e âmbito territorial, e visa a realização de interesses comuns aos municípios integrantes de Braga e Guimarães, regendo-se, enquanto associação de Municípios de Fins Específicos, pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, pelos presentes Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.

2- A área territorial de atuação da Associação corresponde ao indicado no Despacho nº 12068/2018, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 241 de 14 de dezembro de 2018 que autoriza a elaboração de um programa intermunicipal, denominado Programa Intermunicipal dos Sacromontes, que abrange as áreas geográficas dos concelhos de Braga e Guimarães, respetivamente integrados nas Comunidades Intermunicipais do Cávado e do Ave.

3 - A Associação é composta pelos Municípios de Braga e Guimarães, adota a designação de SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS.

4 - A Associação tem sede inicial no Largo Cónego José Maria Gomes, 4804-534 Guimarães, alternando a sua localização, por períodos de um ano, com a sede na Rua de Santo António das Travessas, 26, 4700-040 Braga, com a possibilidade da sua deslocação para qualquer outro local por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Executivo.

**ARTIGO 2.º - Atribuições**

1 - A Associação tem como fim principal a elaboração e execução do Programa Intermunicipal dos Sacromontes, bem como a valorização e a promoção do património cultural e natural, do ambiente, da paisagem e da vida ao ar livre.

2 - Para além destes, a Associação pode prosseguir como fins complementares:

- a) Promoção de políticas conjuntas de conservação da natureza, património cultural, agricultura e florestas, turismo, lazer, animação, formação, emprego, inclusão, sustentabilidade, inovação, competitividade e internacionalização da economia, bem como a valorização das atividades agroflorestais;
- b) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental dos territórios abrangidos;
- c) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal incluindo a submissão conjunta dos municípios a fundos e projetos nacionais e europeus;

d) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio;

e) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal;

3 - O disposto nos números anteriores concretiza-se nomeadamente, através:

a) Da realização de estudos, planos, programas e projetos, mormente o que seja passíveis de cofinanciamento;

b) Da elaboração e apresentação de candidaturas no âmbito de fundos da União Europeia ou nacionais;

c) De ações e intervenções no território de acordo com os seus fins.

#### **ARTIGO 3.º - Duração**

A Associação é constituída por tempo indeterminado.

#### **Artigo 4.º - Direitos dos municípios integrantes**

Constituem direitos dos municípios integrantes da Associação:

a) Auferir os benefícios da atividade da Associação;

b) Apresentar propostas e sugestões consideradas úteis ou necessárias à realização dos objetivos estatutários;

c) Participar nos órgãos da Associação;

d) Exercer os demais poderes e faculdades previstos na lei, nestes estatutos e nos regulamentos internos da Associação.

e) Requerer a convocação da Assembleia Geral, nos termos previstos no artigo 15.º

#### **ARTIGO 5.º - Deveres dos municípios integrantes**

Constituem deveres dos municípios integrantes da Associação:

a) Prestar a colaboração necessária para a realização das suas atividades na prossecução dos fins da Associação;

b) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais regulamentares respeitantes à Associação, bem como os estatutos e as deliberações dos órgãos da mesma;

c) Efetuar as contribuições financeiras, nos termos estabelecidos na lei e nos presentes estatutos.



## **CAPÍTULO II - Organização e competências**

### **Secção I - Disposições gerais**

#### **ARTIGO 6.º - Órgãos**

A Associação é constituída pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho Executivo
- c) Conselho Fiscal
- d) Conselho Consultivo

#### **ARTIGO 7.º - Mandato**

1 – No caso dos eleitos locais, a qualidade de membro dos órgãos da Associação é indissociável da qualidade de membro dos órgãos municipais.

2 - O mandato dos membros dos órgãos da Associação terá a duração do mandato municipal, determinando a perda, a cessação, a renúncia ou a suspensão daquele mandato no órgão municipal o mesmo efeito no mandato detido nos órgãos da Associação.

#### **ARTIGO 8.º - Continuidade do mandato**

Os titulares dos órgãos da Associação servem pelo período do mandato e mantêm-se em funções até serem legalmente substituídos.

#### **ARTIGO 9.º - Requisitos das reuniões**

As reuniões dos órgãos da Associação apenas terão lugar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.

#### **ARTIGO 10.º - Requisitos das deliberações**

1 - As deliberações dos órgãos são tomadas por maioria relativa dos votos dos associados, estando presente a maioria legal dos seus membros, exceto as deliberações de alteração dos Estatutos, para as quais é necessária uma maioria qualificada, nos termos do preceituado no artigo 36.º destes estatutos.

2 - O município considera-se representado desde que um dos seus representantes esteja presente.

3 - Em caso de empate o Presidente do órgão tem voto de qualidade.



4 - As votações assumem, por norma, a forma nominal, salvo quando se realizam eleições ou estejam em causa juízos de valor sobre pessoas, casos em que a votação é obrigatoriamente feita por escrutínio secreto.

5 - Compete ao Presidente decidir sobre a forma de votação, podendo qualquer membro propor que a mesma se faça por escrutínio secreto.

6 - As deliberações dos órgãos estão sujeitas às regras de publicitação das deliberações dos órgãos municipais.

#### **ARTIGO 11.º - Deliberações**

As deliberações dos órgãos vinculam os Municípios integrantes, não carecendo de ratificação dos órgãos respetivos, salvo estipulação legal em contrário, desde que a competência para tal esteja legalmente prevista.

#### **ARTIGO 12.º - Atas**

1- De tudo o que ocorrer nas reuniões será lavrada ata que contenha um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a hora, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto da ata ter sido lida e aprovada.

2 - As atas ou textos das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, desde que tal seja decidido pela maioria dos membros presentes, caso em que a sua assinatura será efetuada no final da reunião.

### **SECÇÃO II – Da Assembleia Geral**

#### **ARTIGO 13.º - Natureza e composição**

1 – A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Associação.

2 – A Assembleia Geral é constituída por seis elementos, sendo que cada um dos municípios integrantes da Associação nomeia três representantes, nos termos do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

#### **ARTIGO 14.º - Mesa**

- 1 - Os trabalhos da Assembleia Geral são dirigidos por uma Mesa, constituída pelo Presidente e dois vogais, sendo um Secretário, a eleger pela Assembleia, por voto secreto, de entre os seus membros.
- 2 - O Presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1º Vogal.
- 3 - Na ausência de todos os membros da Mesa, a Assembleia elegerá uma Mesa *ad hoc* para presidir à reunião.
- 4 - Enquanto não for eleita a Mesa, esta será integrada pelos três eleitos mais velhos, de entre os presentes, que assumirão os cargos referidos no n.º 1 por ordem, respetivamente, decrescente de idade.

#### **ARTIGO 15.º - Reuniões da Assembleia Geral**

- 1 - A Assembleia Geral terá, anualmente, duas reuniões ordinárias, sendo a primeira destinada à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior e a última destinada à aprovação das opções do plano e do orçamento para o ano seguinte.
- 2 - A Assembleia Geral pode ainda reunir-se, extraordinariamente, por iniciativa da respetiva Mesa ou quando requerida:
  - a) Pelo Presidente do Conselho Executivo, em execução de deliberação deste;
  - b) Por um terço dos seus membros.

#### **ARTIGO 16.º - Competências da Assembleia Geral**

São competências da Assembleia Geral:

- a) Eleger e destituir a Mesa da Assembleia Geral, o terceiro membro do Conselho Executivo e o Conselho Fiscal;
- b) Nomear o Conselho Fiscal, sob proposta do Conselho Executivo;
- c) Aprovar, sob proposta do Conselho Executivo, os documentos previsionais e as suas alterações modificativas, nos termos do normativo contabilístico em vigor, bem como apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e, ainda, apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- d) Aprovar, sob proposta do Conselho Executivo, o mapa de pessoal da Associação;
- e) Acompanhar e fiscalizar a atividade do Conselho Executivo, devendo ser apreciada, em cada reunião ordinária, uma informação escrita sobre a atividade da associação, bem como da sua situação financeira;
- f) Acompanhar a atividade da Associação e os respetivos resultados bem como os das pessoas coletivas em que esta tenha participação social;
- g) Aprovar a celebração de protocolos relativos a transferências de atribuições ou tarefas;



- h) Autorizar a Associação, sob proposta do Conselho Executivo, a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou do sector social e cooperativo, a criar ou participar noutras pessoas coletivas;
- i) Aprovar o seu Regimento e os Regulamentos, designadamente de organização e funcionamento;
- j) Aprovar ou autorizar, sob proposta do Conselho Executivo, a contratação de empréstimos nos termos da lei;
- k) Deliberar, sob proposta do Conselho Executivo, sobre a forma de imputação aos municípios integrantes das despesas com pessoal;
- l) Designar e exonerar, por unanimidade, o Secretário Executivo e fixar a respetiva remuneração, de acordo com as funções exercidas;
- m) Fixar anualmente as contribuições dos municípios integrantes da Associação;
- n) Aprovar e alterar os Estatutos;
- o) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução dos interesses próprios da Associação;
- p) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por Lei, pelo Regimento ou pela Assembleia.
- q) Deliberar sobre a dissolução da Associação e nomear a respetiva Comissão Liquidatária, determinando os procedimentos a adotar.

### **ARTIGO 17.º - Competências do Presidente da Assembleia Geral**

São competências do Presidente da Assembleia Geral:

- a) Dirigir os trabalhos da Assembleia;
- b) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- c) Elaborar a ordem do dia das reuniões e proceder à sua distribuição;
- d) Abrir e encerrar os trabalhos das reuniões;
- e) Proceder à marcação e justificação de faltas dos Membros da Assembleia;
- f) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por Lei, pelos Estatutos, pelo Regimento ou pela Assembleia.

### **Secção III - Do Conselho Executivo**

#### **ARTIGO 18.º - Natureza e composição**

- 1- O Conselho Executivo é o órgão de direção da Associação constituído por três membros, os quais serão os presidentes dos órgãos executivos dos Municípios integrantes da Associação e um terceiro, a eleger pela Assembleia Geral, de entre os seus membros, que assumirá as funções de Secretário Executivo, sendo um Presidente e os restantes vogais.



2 – A presidência será exercida de forma rotativa, por períodos de um ano, entre os Presidentes dos órgãos executivos dos municípios integrantes da Associação.

3 – No primeiro ano de exercício, preside ao órgão o Presidente do órgão executivo do Município com maior número de eleitores, que deverá convidar, para secretariar a reunião, um dos restantes membros do Conselho.

#### **ARTIGO 19.º - Competências do Conselho Executivo**

1 - Compete ao Conselho Executivo, no âmbito da organização e funcionamento:

- a) Assegurar o cumprimento das deliberações da Assembleia Geral;
- b) Dirigir os serviços técnicos e administrativos;
- c) Propor à Assembleia Geral o regulamento de organização e de funcionamento dos serviços;
- d) Aprovar os preços relativos a serviços prestados e bens fornecidos;
- e) Deliberar sobre a oneração e alienação dos bens próprios da Associação
- f) Designar os representantes da Associação em quaisquer entidades ou órgãos previstos na lei ou para que seja convidada a fazer-se representar, sem prejuízo da competência prevista na al. f) do n.º 1 do art.º 20.º;
- g) Executar os documentos previsionais, bem como aprovar as suas alterações permutativas, nos termos do normativo contabilístico em vigor;
- h) Apresentar à Assembleia Geral o pedido de autorização de contratação de empréstimos, devidamente instruído;
- i) Apresentar à Assembleia Geral as propostas de associação com outras entidades públicas, privadas ou do sector social e cooperativo, a criação ou participação noutras pessoas coletivas;
- j) Propor à Assembleia Geral os membros a nomear para o Conselho Fiscal;
- l) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos ou impostos por lei, pelos estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral.

2 - Compete ao Conselho Executivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento:

- a) Elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Geral os documentos previsionais e as respetivas alterações modificativas;
- b) Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e, ainda, os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral;
- c) Propor os planos, os projetos e os programas de investimento e desenvolvimento de alcance supramunicipal;



- d) Participar na gestão de programas de desenvolvimento urbano e apresentar candidaturas a financiamentos, através de programas, projetos e demais iniciativas;
- e) Apresentar programas de modernização administrativa;
- f) Celebrar protocolos;
- g) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos ou impostos por lei ou por deliberação da Assembleia Geral.

3 - Compete ao Conselho Executivo, no âmbito consultivo, emitir os pareceres que lhe sejam solicitados pelo Governo relativamente a instrumentos ou investimentos, da responsabilidade de organismos da administração central, com impacte supramunicipal.

#### **ARTIGO 20.º - Competências do Presidente do Conselho Executivo**

1 - Compete ao Presidente do Conselho Executivo:

- a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias e dirigir os respetivos trabalhos;
- b) Executar as deliberações do Conselho e coordenar a respetiva atividade;
- c) Autorizar a realização de despesas orçamentadas até ao limite estipulado por lei ou por delegação do Conselho Executivo;
- d) Autorizar o pagamento de despesas realizadas, nos termos da lei;
- e) Assinar e visar a correspondência do Conselho com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos;
- f) Representar a Associação, em juízo ou fora dele;
- g) Remeter ao Tribunal de Contas os documentos que eventualmente careçam da respetiva apreciação;
- h) Exercer os demais poderes estabelecidos por lei ou por deliberação do Conselho Executivo.

2 - O Presidente do Conselho Executivo pode delegar ou subdelegar o exercício das suas competências nos demais membros deste órgão ou no Secretário Executivo.

3 - A todos os membros do Conselho Executivo compete coadjuvar o Presidente na sua ação.

#### **ARTIGO 21.º - Reuniões do Conselho Executivo**

1 - O Conselho Executivo terá, pelo menos, uma reunião ordinária mensal e as extraordinárias que o Presidente convoque, por sua iniciativa ou a solicitação de, pelo menos, um terço dos seus membros.

2 - As reuniões extraordinárias são marcadas com, pelo menos, dois dias úteis de antecedência, por meio de comunicação escrita dirigida aos membros do Conselho Executivo.

3 - As reuniões do Conselho Executivo realizar-se-ão na sede do município que houver indicado o Presidente do Conselho Executivo em exercício de funções.



## **Secção V - Do Conselho Fiscal**

### **Artigo 22.º - Natureza e composição**

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Associação e é constituído por um Presidente e dois vogais efetivos os quais, pela natureza das funções, terão preferencialmente habilitações académicas e profissionais adequadas, sendo os mesmos nomeados pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Executivo.

### **Artigo 23.º - Competências**

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Dar parecer sobre os projetos de orçamento e das suas revisões, bem como sobre o relatório de contas;
- b) Fiscalizar os atos dos órgãos e serviços da Associação, nos domínios financeiro e patrimonial;
- c) Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe forem apresentados pelo Conselho Executivo.

### **Artigo 24.º - Reuniões**

- 1 – O Conselho Fiscal terá duas reuniões ordinárias anuais e as reuniões extraordinárias consideradas necessárias.
- 2 – As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, por sua iniciativa, a requerimento da maioria dos seus titulares ou do Conselho Executivo.

## **Secção IV - Do Órgão Consultivo da Associação de Municípios**

### **ARTIGO 25.º - Natureza e composição**

- 1 - Junto do Conselho Executivo deverá funcionar um Conselho Consultivo.
- 2 – O Conselho Consultivo poderá ter, na sua composição, representantes das organizações não-governamentais do ambiente, das instituições de ensino superior e de investigação científica, entre outros representantes de instituições locais e regionais, em função do objeto da consulta.
- 3 – A designação dos membros do Conselho, as suas competências e o seu funcionamento são determinados pelo Conselho Executivo.

## **CAPÍTULO III - Estrutura e funcionamento**

### **ARTIGO 26.º - Secretário Executivo**

- 1 - O Presidente do Conselho Executivo pode delegar as suas competências no Secretário Executivo, nos termos da lei.



2 - A remuneração do Secretário Executivo é fixada, pela Assembleia-Geral, de acordo com as funções exercidas.

3 - As funções de Secretário Executivo, quando este for portador de vínculo público, podem ser exercidas em comissão de serviço, com os efeitos legais daí decorrentes.

4 – Compete ainda ao Secretário Executivo:

- a) Secretariar o Presidente nas reuniões do Conselho Executivo;
- b) Lavrar as atas e assiná-las conjuntamente com os membros do Conselho Executivo;
- c) Conservar, guardar e manter em ordem os livros, folhas de atas, as listas de presenças, documentos avulsos, contratos, bem como todo o expediente relativo à Associação;
- d) Proceder à expedição das convocatórias legais para as reuniões de todos os órgãos sociais;
- e) Assegurar a articulação entre os municípios integrantes, os serviços, a administração central, o Tribunal de Contas e outras entidades públicas, sempre que necessário ou a lei o exija;
- f) Por delegação do Conselho Executivo, dirigir os serviços de apoio técnico e administrativo.

#### **ARTIGO 27.º - Serviços de Apoio Técnico e Administrativo**

1 - A Associação é dotada de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo, cuja cedência ou recrutamento se concretizará nos termos da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas.

2 - A natureza, a estrutura e o funcionamento dos serviços previstos no número anterior são definidos em regulamento aprovado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Executivo.

#### **ARTIGO 28.º - Regime de pessoal**

A Associação dispõe de um mapa de pessoal próprio, aprovado pela Assembleia-Geral, sob proposta do Conselho Executivo.

### **CAPÍTULO IV - Da gestão financeira e orçamental**

#### **ARTIGO 29.º - Ano económico**

O ano económico corresponde ao ano civil.

### **ARTIGO 30.º - Regime de contabilidade**

A contabilidade da Associação rege-se, com as necessárias adaptações, pelas regras e princípios legalmente estabelecidos para a contabilidade das autarquias locais.

### **ARTIGO 31.º - Documentos previsionais**

- 1 – Na elaboração dos documentos previsionais deve atender-se às regras, conceitos, princípios e modelos de demonstrações orçamentais legalmente estabelecidos para as autarquias locais.
- 2 – Os documentos previsionais da Associação são elaborados pelo Conselho Executivo e submetidos à aprovação da Assembleia Geral, nos termos do calendário legalmente estabelecido para as autarquias locais.
- 3 – Os documentos previsionais são remetidos pelo Conselho Executivo às Assembleias Municipais dos municípios integrantes, para seu conhecimento, no prazo de um mês após a sua votação e aprovação pela Assembleia Geral.

### **ARTIGO 32.º - Documentos de prestação de contas**

- 1 - O Conselho Executivo elabora, com referência a 31 de dezembro de cada ano, e apresenta à Assembleia Geral, no decurso do mês de março do ano seguinte, os documentos de prestação de contas, devendo esta deliberar sobre eles no prazo de trinta dias a contar da data da sua receção.
- 2 - No relatório de gestão, o Conselho Executivo expõe e justifica a ação desenvolvida, demonstra a regularidade orçamental da efetivação das despesas, discrimina os financiamentos obtidos através do mapa de origem e aplicação de fundos e presta todos os esclarecimentos necessários à interpretação das contas apresentadas.

### **ARTIGO 33.º - Auditoria externa das contas**

As contas anuais da Associação, quando detentora de participações de capital social em fundações ou entidades do sector empresarial local, são verificadas por um auditor externo, designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

### **ARTIGO 34.º - Apreciação e julgamento das contas**

- 1 - As contas da Associação estão sujeitas a apreciação e julgamento pelo Tribunal de Contas, nos termos da respetiva lei de organização e processo.



2 - Para efeitos do número anterior, devem as mesmas ser enviadas pelo Conselho Executivo ao Tribunal de Contas, dentro dos prazos estabelecidos para as Autarquias Locais.

3 - As contas são, ainda, enviadas às Assembleias Municipais dos Municípios associados, para conhecimento destas, no prazo de um mês após a deliberação de apreciação e votação pela Assembleia Geral.

#### **ARTIGO 35.º - Património e finanças**

1 - A Associação tem património e finanças próprios.

2 - O património da Associação é constituído pelos bens e direitos para ela transferidos ou adquiridos a qualquer título.

3 - Os bens transferidos pelos municípios integrantes para a Associação são objeto de inventário, a constar de ata de acordo mútuo, subscrita pelas partes interessadas, com menção das atividades a que ficam afetos.

4 - Os bens e direitos afetos pelos municípios integrantes à Associação são transferidos a título gratuito ficando, os municípios, isentos de qualquer encargo que resulte de tais bens ou direitos, designadamente dos encargos com a sua conservação e utilização.

5- Os bens e direitos referidos no número anterior são transferidos sob condição resolutiva, regressando à esfera jurídica do município respetivo aquando da extinção da Associação, caso, nessa data, os mesmos ainda tenham existência.

6 - São receitas da Associação:

- a) O produto das contribuições dos municípios integrantes associados;
- b) As transferências dos municípios integrantes, no caso de competências delegadas por estes;
- c) As transferências resultantes de contratualização com a Administração Central e outras entidades públicas ou privadas;
- d) Os montantes de cofinanciamentos europeus que lhe sejam atribuídos;
- e) As dotações, subsídios ou comparticipações de que venha a beneficiar;
- f) Os preços relativos a serviços prestados e bens fornecidos;
- g) O rendimento de bens próprios, o produto da sua alienação ou da atribuição de direitos sobre eles;
- h) Quaisquer acréscimos patrimoniais, fixos ou periódicos, que a título gratuito ou oneroso, lhe sejam atribuídos por Lei, contrato ou outro ato jurídico;
- i) O produto de empréstimos;
- j) Doações, legados e heranças;
- k) Quaisquer outras receitas permitidas por Lei.



7 - Constituem despesas da Associação os encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão confiadas, bem como as resultantes da manutenção e do funcionamento dos seus órgãos e serviços.

#### **ARTIGO 36.º - Contribuições financeiras**

As transferências das contribuições financeiras dos municípios integrantes são fixadas pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Executivo e estão sujeitas a prévia autorização do órgão executivo de cada município integrante.

#### **ARTIGO 37.º - Endividamento**

- 1 - A Associação pode contrair empréstimos, a curto, médio e longo prazo, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito e celebrar contratos de locação financeira, em termos idênticos aos dos municípios.
- 2 - Os municípios integrantes são exclusivamente responsáveis pelo pagamento das dívidas contraídas pela Associação, apenas e só no valor correspondente, calculado por afetação real, ao investimento executado no seu Concelho;
- 3 - O Associação não pode contrair empréstimos a favor de qualquer dos municípios associados, nem conceder empréstimos a entidades públicas ou privadas, salvo nos casos expressamente previstos na lei.
- 4 - É vedada, ainda, à Associação a celebração de contratos com entidades financeiras com a finalidade de consolidar dívida de curto prazo, bem como a cedência de créditos não vencidos.
- 5 - A contratação de empréstimos e a celebração de contratos de locação financeira, referidas no número um, estão sujeitas a prévia autorização do órgão executivo/deliberativo de cada município integrante, mediante demonstração da respetiva capacidade de endividamento, nos termos legalmente previstos.
- 6 - A contratação de empréstimos e a celebração de contratos de locação financeira deverão ser aprovados em Assembleia geral, pela unanimidade dos municípios integrantes.
- 7 - De forma a assegurar o cumprimento dos prazos legais de reporte instituídos em matéria de endividamento municipal, a Associação reporta aos municípios integrantes, no final de cada trimestre e até ao dia 10 do mês seguinte, impreterivelmente, a seguinte informação financeira:
  - a) Conta(s)-corrente(s) do município associado, para efeitos de circularização de saldos entre entidades;
  - b) Balanço;
  - c) Demonstração de resultados;
  - d) Balancete;
  - e) Mapa de apuramento da dívida total de operações orçamentais.

### **ARTIGO 38.º - Cooperação financeira**

A Associação pode, também, beneficiar dos sistemas e programas específicos, legalmente previstos, de apoio financeiro aos municípios, nomeadamente no quadro de cooperação técnica e financeira entre o Estado e as Autarquias Locais.

## **CAPÍTULO V - Disposições finais**

### **ARTIGO 39.º - Alterações estatutárias**

- 1 - Os presentes Estatutos podem ser alterados por deliberação da Assembleia Geral, convocada por iniciativa de um terço dos seus membros ou por proposta do Conselho Executivo.
- 2 - A deliberação referida no número anterior só pode ser tomada por maioria de dois terços dos membros presentes na reunião e a alteração aprovada pelas Assembleias Municipais da maioria absoluta dos Municípios que integram o Associação.

### **ARTIGO 40.º - Extinção da associação de municípios**

- 1 - A Associação extingue-se por dissolução, cisão ou fusão com outra associação nos termos gerais da lei.
- 2 – Sem prejuízo do disposto no n.º 5 do art.º 35.º, no caso de dissolução o património será repartido pelos seus membros na data da dissolução, mediante critério a estabelecer pela Assembleia-Geral.

### **ARTIGO 41.º - Regime jurídico aplicável**

A Associação rege-se pelo disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e demais legislação aplicável às pessoas coletivas públicas, bem como pelos respetivos estatutos e regulamentos internos, estando nomeadamente sujeita:

- a) aos princípios constitucionais de direito administrativo;
- b) aos princípios gerais da atividade administrativa;
- c) ao Código do Procedimento Administrativo;
- d) ao Código dos Contratos Públicos;
- e) às leis do contencioso administrativo;
- f) à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas e ao regime de jurisdição e controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças;
- g) ao regime jurídico da administração financeira e patrimonial do Estado;





- h) ao regime jurídico das incompatibilidades e impedimentos de cargos públicos e dos trabalhadores em funções públicas, incluindo as incompatibilidades previstas nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro;
- i) aos princípios da publicidade, da concorrência e da não discriminação em matéria de recrutamento de pessoal e ao regime jurídico aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas;
- j) ao regime da realização das despesas públicas;
- k) ao regime da responsabilidade civil do Estado e das demais entidades públicas;
- l) ao regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho.

#### **ARTIGO 42.º - Casos omissos**

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor.



CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
**GUIMARÃES**

## **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA**

SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, Associação de Municípios





**BRAGA**  
Município



**CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
GUIMARÃES**

Esta página ficou propositadamente em branco.

## ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO .....	5
II. PRESSUPOSTOS E CONDICIONANTES.....	6
III. METODOLOGIA .....	6
IV. HORIZONTE TEMPORAL .....	8
<input type="checkbox"/> Fase 0 – Início do Projeto .....	9
<input type="checkbox"/> Fase 1 – Instalação dos órgãos sociais da associação e início da atividade .	10
<input type="checkbox"/> Fase 2 – Programa Intermunicipal Sacromontes – Estudos Prévios e Avaliação Ambiental.....	10
<input type="checkbox"/> Fase 3 – Programa Intermunicipal Sacromontes – Relatório do Programa ..	11
<input type="checkbox"/> Fase 4 – Implementação do Programa Intermunicipal Sacromontes .....	13
V. PROJEÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS .....	15
V.1. Investimento.....	15
V.2. Financiamento .....	16
V.3. Estimativa de Gastos.....	16
V.3.1. Fornecimento e Serviços Externos.....	16
V.3.2. Gastos com o Pessoal .....	17
V.3.3. Depreciações e Amortizações .....	19
V.4. Estimativa de Rendimentos .....	20
V.5. Demonstração de Resultados Previsional.....	21
V.6. Balanço Previsional .....	22
V.7. Estimativa Cash Flows .....	23
VI. CONCLUSÃO.....	24

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Pressupostos gerais.....	7
Tabela 2 – Investimento.....	15
Tabela 3 – Financiamento.....	16
Tabela 4 – Fornecimento e Serviços Externos.....	17
Tabela 5 – Custos com o pessoal.....	18
Tabela 6 – Resumo dos custos com pessoal.....	19
Tabela 7 – Depreciações e Amortizações.....	19





Tabela 8 – Transferência e Subsídios Correntes Obtidos.....	20
Tabela 9 – Demonstração de Resultados. ....	21
Tabela 10 – Balanço Previsional.....	22
Tabela 11 – Mapa de Cash Flows Operacionais.....	23

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Esquema temporal das fases de implementação do projeto. ....	8
--	---

## **I. INTRODUÇÃO**

Este Estudo de Viabilidade tem como objetivo determinar os requisitos económico e financeiros relacionados com a concretização do projeto de valorização dos Sacromontes, consubstanciado através da criação de uma associação: SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS.

A SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS, é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza associativa e âmbito territorial, e visa a realização de interesses comuns aos municípios integrantes de Braga e Guimarães, regendo-se, enquanto associação de Municípios de Fins Específicos, pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, pelos presentes Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.

A Associação tem como fim principal a elaboração e execução do Programa Intermunicipal dos Sacromontes, bem como a valorização e a promoção do património cultural e natural, do ambiente, da paisagem e da vida ao ar livre.

A área territorial de atuação da Associação corresponde ao indicado no Despacho nº 12068/2018, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 241 de 14 de dezembro de 2018 que autoriza a elaboração de um programa intermunicipal, denominado Programa Intermunicipal dos Sacromontes, que abrange as áreas geográficas dos concelhos de Braga e Guimarães, respetivamente integrados nas Comunidades Intermunicipais do Cávado e do Ave.

Assim, com o presente estudo pretende-se identificar aspetos que reforcem as condições de viabilidade e de sucesso desta iniciativa, permitindo, assim, orientar o planeamento dos projetos de intervenção a desenvolver.



## **II. PRESSUPOSTOS E CONDICIONANTES**

Para a elaboração deste estudo foram tidos em conta os seguintes pressupostos e condicionantes:

- a) Foram estudadas algumas contas de gerências de entidades semelhantes de forma a retirar informação quanto aos encargos vertidos na conta de exploração.
- b) Relativamente aos gastos com o pessoal foram utilizados os valores atualmente vigentes das respetivas categorias.
- c) Na abordagem metodológica de cálculo do custo real da atividade da associação foram atendidos princípios de eficiência organizativa.

## **III. METODOLOGIA**

Na análise económico-financeira, a metodologia de base utilizada está sustentada na análise custo-benefício, tendo-se optado pela construção de um quadro de referência, onde o fator primordial é a parametrização de todos os dados relativos ao funcionamento da associação.

A análise foi efetuada para a totalidade dos investimentos a realizar no âmbito da constituição da associação e subsequente elaboração do Plano Intermunicipal dos Sacromontes, e respetivos custos de exploração, tendo como benefícios os resultados a correspondente dos municípios integrantes, sendo que, por prudência, não foi projetado qualquer montante em termos de vendas e prestações de serviços, bem como a forte possibilidade de assegurar financiamento comunitária para as várias ações/projetos a concretizar.

Por outro lado, foram utilizados, para além dos mencionados expressamente em cada ponto deste projeto, os seguintes pressupostos de análise:



### Pressupostos Gerais

Unidade monetária	(valores em euros)	
Prazo médio de Recebimento (dias) / (meses)	0	0,0
Prazo médio de Pagamento (dias) / (meses)	30	1,0
Prazo médio de Stock agem (dias) / (meses)	0	0,0
Taxa de IVA - Vendas	IVA incluído	
Taxa de IVA - Prestação Serviços	IVA incluído	
Taxa de IVA - CMVMC	IVA incluído	
Taxa de IVA - FSE	IVA incluído	
Taxa de derrama	0,00%	
Taxa de IRC	0,00%	
Taxa de IRC PME - até 15.000€ matéria coletável	0,00%	
Taxa de distribuição dividendos	0,00%	
Taxa de juro de empréstimo M/L Prazo	2,00%	
Taxa de juro de empréstimo Curto Prazo	4,00%	

**Tabela 1** – Pressupostos gerais.

Relativamente aos custos com o pessoal, os mesmos foram calculados para catorze meses de salários.

Por fim, a evolução dos gastos de exploração é calculada a preços correntes tendo sido aplicada uma taxa anual de 2% de aumento.

Foi considerado um horizonte temporal de 5 anos.

#### IV. HORIZONTE TEMPORAL

Este ponto do estudo tem como objetivo definir toda a estratégia de implementação do projeto de salvaguarda e de valorização dos SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS, através da identificação cronológica das diferentes fases e atividades do projeto de implementação que contempla entre outros trabalhos a aprovação do Programa Intermunicipal dos Sacromontes.

Assim, a estratégia de implementação compreende um horizonte temporal de 5 anos e poderá ser enquadrada cronologicamente no seguinte esquema de fases:



**Gráfico 1** – Esquema temporal das fases de implementação do projeto.

De forma a melhor apreender o conteúdo de cada fase, os seus objetivos e tempo necessário à sua concretização, é apresentada de seguida, de forma mais detalhada cada uma destas fases.



➤ **Fase 0 – Início do Projeto**

<b>Objetivos</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Definição do modelo de gestão e da comissão de acompanhamento</li><li>▪ Elaboração dos Estatutos da Associação</li><li>▪ Estudo de viabilidade</li><li>▪ Aprovação pelos Órgãos municipais competentes</li></ul>

<b>Atividades</b>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Reuniões preparatórias entre os municípios integrantes;</li><li>2. Reuniões de trabalhos entre os serviços responsáveis dos municípios integrantes;</li><li>3. Reuniões de envolvimento com as entidades e associações presentes na área dos Sacromontes (Arquidiocese; Confrarias; Sociedade Martins Sarmiento, etc)</li><li>4. Reuniões de envolvimento com as freguesias que integram a área dos Sacromontes;</li><li>5. Reunião de relançamento dos trabalhos com CCDR-N;</li><li>6. Aprovação dos estatutos pelos órgãos municipais;</li><li>7. Ato notarial.</li></ol>

<b>Produtos</b>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Criação da associação: SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS.</li></ol>

<b>Duração</b>
6 meses

➤ **Fase 1 – Instalação dos órgãos sociais da associação e início da atividade**

**Objetivos**

- Instalação dos órgãos sociais da associação e início da atividade

**Atividades**

1. Instalação dos órgãos da associação;
2. Aquisição e instalação do equipamento necessário à atividade;
3. Arranque da implementação do plano de envolvimento;
4. Definição da comissão de acompanhamento;
5. Início dos procedimentos de contratação pública.

**Produtos**

1. Infraestrutura disponível;
2. Equipamento básico disponível;
3. Campanha envolvimento;
4. Contratação das equipas externas.

**Duração**

5 meses

➤ **Fase 2 – Programa Intermunicipal Sacromontes – Estudos Prévios e Avaliação Ambiental**

**Objetivos**

- Início dos Estudos Prévios e Avaliação Ambiental Estratégica

**Atividades**

1. Concertação com a CCDRN-N da abertura dos estudos e reunião com a Comissão de Acompanhamento para lançamento dos trabalhos.
2. O desenvolvimento dos estudos prévios deve considerar:
  - a) Enquadramento da área de intervenção;

- b) Levantamento e identificação dos valores culturais, naturais e paisagísticos;
- c) Levantamento e identificação das redes de transporte e mobilidade e dos equipamentos públicos de interesse supramunicipal;
- d) Estudos e caracterização das áreas florestais, dos modelos de combustíveis florestais e do histórico das ocorrências de fogo e diagnóstico do risco / perigo de incendio florestal;
- e) Estudo e caracterização do turismo e recreio;
- f) Levantamento de elementos cadastrais de maior expressão;
- g) Relatório da participação pública e envolvimento dos principais agentes;
- h) Desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica.

<b>Produtos</b>
1. Relatório pormenorizado de inventariação e caracterização, nas diversas dimensões, a área que compreende os Sacromontes;
2. Declaração Ambiental, da qual constarão as considerações ambientais do Relatório Ambiental foram integradas no Programa



<b>Duração</b>
10 meses

➤ **Fase 3 – Programa Intermunicipal Sacromontes – Relatório do Programa**

<b>Objetivos</b>
▪ Relatório do Programa Intermunicipal Sacromontes



<b>Atividades</b>
1. Peças Desenhadas contemplando nomeadamente planta de enquadramento e proposta Carta da Estratégia da organização do Território e demais peças desenhadas referentes aos conteúdos identificados nos pontos seguintes.
2. Relatório do Programa contendo:
2.1 Na dimensão patrimonial:
a) Identificação dos valores culturais, naturais, paisagísticos, bem como dos



espaços agrícolas e florestais a proteger;

b) Elaboração de carta com identificação de áreas a intervir.

2.2. Na dimensão Florestal:

a) Identificação do cadastro predial;

b) Inventário descritivo do cadastro;

c) Identificação das medidas de gestão florestal, de prevenção e sensibilização;

d) Identificação das medidas de combate e prevenção a incêndio florestal;

e) Propostas de medidas mitigadoras pós incêndios;

f) Proposta de delimitação de ZIF (Zona de Intervenção Florestal) com identificação de benefícios para a implantação do plano.

2.3. Na dimensão da mobilidade:

a) Representação da rede de transportes e mobilidade para os principais equipamentos públicos de interesse supramunicipal;

b) Elaboração de proposta de Mobilidade Sustentável e identificação de ações estruturantes nesta matéria;

2.4. Na dimensão ambiental:

a) Levantamento das espécies (fauna e flora);

b) Levantamento e elaboração de proposta dos trilhos;

c) Plano de sensibilização ambiental.

2.5. Na dimensão turística:

a) Estudo da capacidade de carga turística;

b) Definição dos termos de promoção e da "marca" para o território dos Sacro Montes;

c) Elaboração de carta com a identificação dos elementos a promover, as rotas e os percursos.

3. Programa de execução contendo:

a) Disposições indicativas sobre a realização das obras a efetuar com identificação das ações e identificação dos proprietários responsáveis pela concretização;

b) Identificação das fontes de financiamento, nomeadamente programas operacionais regionais e setoriais, e estimativas orçamentais.

4. Proposta de modelo de gestão:

4.1. Orientações de gestão da paisagem e considerações estratégicas e regulamentares a verter na revisão do Plano Diretor Municipal, nomeadamente, na planta de ordenamento e regulamento;

4.2. Relatório da participação pública e envolvimento dos principais agentes.

<b>Produtos</b>
-----------------

1. Aprovação do Programa Intermunicipal Sacromontes
---

<b>Duração</b>
----------------

12 meses
----------

➤ **Fase 4 – Implementação do Programa Intermunicipal Sacromontes**

<b>Objetivos</b>
------------------

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Iniciar a implementação do Programa Intermunicipal dos Sacromontes</li></ul> |
|--|

<b>Atividades</b>
-------------------

- |  |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"><li>1. Implementação do plano de ação da associação, designadamente:<ol style="list-style-type: none"><li>a) Plano de Gestão florestal;</li><li>b) Rede de percursos pedestres e dinamização de ações de dinamização dos mesmos;</li><li>c) Plano de conservação da natureza e biodiversidade e ações de valorização da fauna e da flora;</li><li>d) Concertação com os proprietários sobre o modelo de gestão florestal;</li><li>e) Plano de combate às espécies invasoras.</li></ol></li></ol> |
|--|

<b>Produtos</b>
-----------------

1. Iniciativa de promoção, salvaguarda e valorização dos Sacromontes
--

<b>Duração</b>
----------------

Após 2,5 anos do início do projeto
------------------------------------

De sublinhar que o horizonte temporal definido (5 anos) **foi alicerçado com base no período de tempo que consideramos necessário, por um lado, à elaboração do Programa Intermunicipal para a Valorização dos Sacromontes, e por outro lado, à implementação de um plano de ação que permita promover e valorizar este território nas suas diversas dimensões: conservação da natureza, património cultural, agricultura e florestas, turismo, lazer, animação, formação, emprego, inclusão, sustentabilidade, inovação, competitividade e internacionalização da economia.**



## V. PROJEÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

### V.1. Investimento

De forma a reunir as condições fundamentais para iniciar a atividade da associação, serão efetuados investimentos nas seguintes áreas:

1. **Equipamento básico**, a estimação considerada inclui a aquisição de equipamento informático (portátil, impressora, monitores, computador fixo) fundamental para o desenvolvimento da atividade operacional, administrativa e financeira da associação.
2. **Equipamento de transporte**, que inclui a aquisição de uma viatura que permita assegurar o desenvolvimento do trabalho de terreno.
3. **Equipamento administrativo**, inclui a aquisição de mobiliário de apoio administrativo, designadamente, secretárias, cadeiras, mesas de reuniões, cadeiras de visitante.
4. **Outros ativos intangíveis**, compreende o investimento a concretizar na elaboração do Programa de Intermunicipal dos Sacromontes.

#### Investimento

(valores em euros)

Investimento	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
<b>Ativos fixos tangíveis</b>					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico	3 000	1 000			
Equipamento de transporte		40 000			
Equipamento administrativo	1 600				
Equipamentos biológicos					
Outros ativos fixos tangíveis					
<b>Total de ativos fixos tangíveis</b>	<b>4 600</b>	<b>41 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Ativos intangíveis</b>					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador					
Propriedade industrial					
Outros ativos intangíveis	5 000	130 000	65 000		
<b>Total de ativos intangíveis</b>	<b>5 000</b>	<b>130 000</b>	<b>65 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL DO INVESTIMENTO</b>	<b>9 600</b>	<b>171 000</b>	<b>65 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Tabela 2 – Investimento.

## V.2. Financiamento

Para garantir os investimentos previstos para o arranque deste projeto, foram equacionadas as seguintes fontes de financiamento:

Financiamento					
(valores em euros)					
Fontes de Financiamento	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
Meios Libertos					
Capitais Próprios					
Empréstimos associados					
Financiamento bancário					
Comparticipação associados	9 600	171 000	65 000		
<b>TOTAL</b>	<b>9 600</b>	<b>171 000</b>	<b>65 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Tabela 3 – Financiamento.

As fontes retratadas no quadro anterior, resultam exclusivamente na comparticipação dos municípios integrantes, em proporções iguais, projetadas no tempo de acordo com a previsão de investimento.

## V.3. Estimativa de Gastos

No sentido de fazer face ao normal funcionamento da associação, foram considerados os seguintes custos de gestão.

### V.3.1. Fornecimento e Serviços Externos

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, e de acordo com informação recolhida pelo histórico contabilístico de outras associações similares, foram quantificados os seguintes gastos:

### FSE - Fornecimentos e Serviços Externos

(valores em euros)

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
Nº Meses	5	12	12	12	12
Taxa de crescimento	0,00%	0,00%	2,00%	2,00%	2,00%

Designação	CF	CV	Valor Mensal	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
Subcontratos	0%	100%	100	500	1 200	1 224	1 248	1 273
Trabalhos especializados	80%	20%	200	1 000	2 400	2 448	2 497	2 547
Publicidade e propaganda	0%	100%	0	0	0	0	0	0
Vigilância e segurança	20%	80%	0	0	0	0	0	0
Honorários	0%	100%	0	0	0	0	0	0
Comissões	0%	100%	0	0	0	0	0	0
Conservação e reparação	80%	20%	0	0	0	0	0	0
Ferramentas e utensílios	0%	100%	50	250	600	612	624	637
Livros e documentação técnica	80%	20%	0	0	0	0	0	0
Material de Escritório	80%	20%	20	100	240	245	250	255
Eletricidade	80%	20%	0	0	0	0	0	0
Combustíveis	80%	20%	200	1 000	2 400	2 448	2 497	2 547
Água	20%	80%	0	0	0	0	0	0
Deslocações e estadas	80%	20%	30	150	360	367	375	382
Transportes de mercadorias	0%	100%	0	0	0	0	0	0
Rendas e aluguéis	0%	100%	0	0	0	0	0	0
Comunicação	90%	10%	70	350	840	857	874	891
Seguros	100%	0%	50	250	600	612	624	637
Despesas de representação	0%	100%	0	0	0	0	0	0
Limpeza, higiene e conforto	100%	0%	10	50	120	122	125	127
Outros serviços	20%	80%	500	2 500	6 000	6 120	6 242	6 367
<b>TOTAL FSE</b>				<b>6 150</b>	<b>14 760</b>	<b>15 055</b>	<b>15 356</b>	<b>15 663</b>

**Tabela 4 – Fornecimento e Serviços Externos.**

Pela análise do quadro anterior, verifica-se que, num ano completo, a associação prevê um custo mensal de Fornecimentos e Serviços Externos na ordem dos 1.230 euros, perfazendo no primeiro ano completo um valor de próximo dos 15 mil euros. De referir que, relativamente à componente da renda, a associação ficará instalada em espaços municipais, logo sem qualquer custo, o mesmo acontecendo relativamente aos encargos com as instalações (água, luz, manutenção, etc).

Tendo em conta o atual contexto e as incertezas que daí advêm, admite-se um incremento médio para o período projetado da ordem dos 2%.

#### **V.3.2. Gastos com o Pessoal**

Este projeto envolverá, nesta etapa, a criação de dois postos de trabalho, num primeiro momento o posto relativo ao secretário executivo, e posteriormente um



posto de trabalho de um assistente técnico. O mapa a seguir representado sintetiza os custos com o pessoal da seguinte forma:

Custos com Pessoal						
(valores em euros)						
Nº Meses	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	
Incremento Anual (Vencimentos + Sub. Almoço)	5	14	14	14	14	
	0%	0,00%	1,00%	1,00%	1,00%	
Quadro de Colaboradores						
Gerência / Administração	Rem. Base Mensal	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
Secretário Executivo	2 645	13 225	37 030	37 400	37 774	38 152
		0	0	0	0	0
<b>Sub-Total Remunerações</b>		<b>13 225</b>	<b>37 030</b>	<b>37 400</b>	<b>37 774</b>	<b>38 152</b>
Pessoal						
Categorias	N.º de trab.	Rem. Base Média Mensal				
Assistente Técnico	1	709	0	0	10 296	10 399
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0
<b>Sub-Total Remunerações</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10 296</b>	<b>10 399</b>	<b>10 503</b>
<b>TOTAL REMUNERAÇÕES</b>		<b>13 225</b>	<b>37 030</b>	<b>47 697</b>	<b>48 174</b>	<b>48 655</b>
<b>Nº de colaboradores</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Outros Custos						
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
Segurança Social						
Secretário executivo	23,75%	3 141	8 795	8 883	8 971	9 061
Outro Pessoal	23,75%	0	0	2 445	2 470	2 495
Seguros Acidentes de Trabalho	2%	265	741	954	963	973
Subsídio Alimentação (valor mensal)	95,40	477	1 049	2 099	2 099	2 099
Formação		0	0	0	0	0
Outros custos com pessoal	0%	0	0	0	0	0
<b>TOTAL OUTROS CUSTOS</b>		<b>3 882</b>	<b>10 585</b>	<b>14 381</b>	<b>14 503</b>	<b>14 628</b>
<b>TOTAL CUSTOS PESSOAL</b>		<b>17 107</b>	<b>47 615</b>	<b>62 077</b>	<b>62 677</b>	<b>63 283</b>

Tabela 5 – Custos com o pessoal.

Em termos mensais, podemos considerar um custo próximo dos 4 mil euros, para o primeiro ano, sendo que este valor inclui o proporcional relativo aos catorze vencimentos, subsídio de refeição, respetivos encargos sociais, bem como a componente do seguro de trabalho, e de cerca de 5 mil euros para os anos seguintes.

QUADRO RESUMO	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
Remunerações					
Gerência/Administração	13 225	37 030	37 400	37 774	38 152
Pessoal	0	0	10 296	10 399	10 503
Encargos	3 141	8 795	11 328	11 441	11 556
Seguros Acidentes de Trabalho	265	741	954	963	973
Sub. Alimentação	477	1 049	2 099	2 099	2 099
Formação	0	0	0	0	0
Outros custos com pessoal	0	0	0	0	0
<b>TOTAL CUSTOS PESSOAL</b>	<b>17 107</b>	<b>47 615</b>	<b>62 077</b>	<b>62 677</b>	<b>63 283</b>
<b>TOTAL MENSAL CUSTOS PESSOAL</b>	<b>1 426</b>	<b>3 968</b>	<b>5 173</b>	<b>5 223</b>	<b>5 274</b>

**Tabela 6 – Resumo dos custos com pessoal.**

Foi previsto um **incremento anual na ordem dos 1%.**

### V.3.3. Depreciações e Amortizações

Para o investimento previsto foram consideradas as taxas de amortização legais, tendo sido aplicado o método das quotas constantes, considerando que os bens são amortizados a partir do primeiro ano.

Depreciações e Amortizações						
(valores em euros)						
Depreciações e Amortizações do Exercício	Taxa	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
<b>Ativos fixos tangíveis</b>						
Terrenos e recursos naturais	2,00%	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	10,00%	0	0	0	0	0
Equipamento básico	20,00%	600	800	800	800	800
Equipamento de transporte	25,00%	0	10 000	10 000	10 000	10 000
Equipamento administrativo	25,00%	400	400	400	400	0
Equipamentos biológicos	20,00%	0	0	0	0	0
Outros ativos fixos tangíveis	20,00%	0	0	0	0	0
<b>Total de ativos tangíveis</b>		<b>1 000</b>	<b>11 200</b>	<b>11 200</b>	<b>11 200</b>	<b>10 800</b>
<b>Ativos intangíveis</b>						
Goodwill	33,33%	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	33,33%	0	0	0	0	0
Programas de computador	33,33%	0	0	0	0	0
Propriedade industrial	33,33%	0	0	0	0	0
Outros ativos intangíveis	33,33%	0	0	66 667	66 667	66 667
<b>Total de ativos intangíveis</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>66 667</b>	<b>66 667</b>	<b>66 667</b>
<b>TOTAL DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES</b>		<b>1 000</b>	<b>11 200</b>	<b>77 867</b>	<b>77 867</b>	<b>77 467</b>

**Tabela 7 – Depreciações e Amortizações.**

#### V.4. Estimativa de Rendimentos

Para assegurar o funcionamento da associação, sobretudo neste período de arranque do projeto, as fontes de rendimento serão asseguradas pelos municípios integrantes em partes iguais, de acordo com a estimativas de gastos do exercício.

##### Transferência e Subsídios Correntes Obtidos

(valores em euros)

DESIGNAÇÃO	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
N.º meses	5	12	12	12	12
Taxa de variação dos preços	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

CONTRIBUIÇÕES DOS MUNICÍPIOS	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
<b>Município de Guimarães</b>	<b>11 629</b>	<b>36 787</b>	<b>77 500</b>	<b>77 950</b>	<b>78 206</b>
Taxa de crescimento		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Município de Braga</b>	<b>11 629</b>	<b>36 787</b>	<b>77 500</b>	<b>77 950</b>	<b>78 206</b>
Taxa de crescimento		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>23 257</b>	<b>73 575</b>	<b>154 999</b>	<b>155 900</b>	<b>156 413</b>

Tabela 8 – Transferência e Subsídios Correntes Obtidos.



## V.5. Demonstração de Resultados Previsional

O projeto apresentado apresenta ao nível dos resultados para o período em análise os seguintes:

Demonstração de Resultados					
(valores em euros)					
Designação	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
Impostos, contribuições e taxas					
Vendas					
Prestações de serviços e concessões					
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e					
Transferências e subsídios correntes obtidos	23 257	73 575	154 999	155 900	156 413
Variações nos inventários da produção					
Trabalhos para a própria entidade					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas					
Fornecimentos e serviços externos	6 150	14 760	15 055	15 356	15 663
Gastos com pessoal	17 107	47 615	62 077	62 677	63 283
Transferências e subsídios concedidos					
Prestações sociais					
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)					
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)					
Provisões (aumentos/reduções)					
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
Aumentos/reduções de justo valor					
Outros rendimentos	1 000	11 200	77 867	77 867	77 467
Outros gastos					
<b>EBITDA (Result. antes depreciações, gastos de financ. e impost.)</b>	1 000	22 400	155 733	155 733	154 933
Gastos/reversões de depreciação e amortização	1 000	11 200	77 867	77 867	77 467
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
<b>EBIT (Resultado Operacional)</b>	0	11 200	77 867	77 867	77 467
Juros e rendimentos similares obtidos					
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	0	0
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	0	11 200	77 867	77 867	77 467
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0	0
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	0	11 200	77 867	77 867	77 467

Tabela 9 – Demonstração de Resultados.

## V.6. Balanço Previsional

Em termos patrimoniais, a figura a seguir representada permite-nos avaliar a evolução perspectivada para o período em análise:

### Balanço Previsional

(valores em euros)

Designação	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano
<b>ACTIVO</b>							
<b>Ativo Não Corrente</b>	8 600	168 400	155 533	77 667	200	0	0
Ativos fixos tangíveis	3 600	33 400	22 200	11 000	200	0	0
Propriedades de investimento							
Ativos Intangíveis	5 000	135 000	133 333	66 667	0	0	0
Investimentos financeiros							
<b>Ativo corrente</b>	1 397	13 311	91 498	169 379	246 860	247 074	247 089
Inventários	0	0	0	0	0	0	0
Clientes	0	0	0	0	0	0	0
Estado e Outros Entes Públicos							
Acionistas/sócios/associados							
Outras contas a receber							
Diferimentos							
Caixa e depósitos bancários	1 397	13 311	91 498	169 379	246 860	247 074	247 089
<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>9 997</b>	<b>181 711</b>	<b>247 031</b>	<b>247 045</b>	<b>247 060</b>	<b>247 074</b>	<b>247 089</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>							
Património/Capital	0	0	0	0	0	0	0
Ações (quotas próprias)							
Outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	0	0	0	0
Reservas		50	610	4 503	8 397	12 270	12 280
Resultados transitados		950	11 590	85 563	159 537	233 130	233 320
Outras variações do património líquido	8 600	168 400	155 533	77 667	200	0	0
Resultado líquido do período	1 000	11 200	77 867	77 867	77 467	200	0
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>9 600</b>	<b>180 600</b>	<b>245 600</b>	<b>245 600</b>	<b>245 600</b>	<b>245 600</b>	<b>245 600</b>
<b>PASSIVO</b>							
<b>Passivo não corrente</b>	0	0	0	0	0	0	0
Provisões							
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0	0	0
Outras Contas a pagar							
<b>Passivo corrente</b>	397	1 111	1 431	1 445	1 460	1 474	1 489
Fornecedores	0	0	0	0	0	0	0
Estado e Outros Entes Públicos	397	1 111	1 431	1 445	1 460	1 474	1 489
Acionistas/sócios							
Financiamentos Obtidos							
Outras contas a pagar							
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>397</b>	<b>1 111</b>	<b>1 431</b>	<b>1 445</b>	<b>1 460</b>	<b>1 474</b>	<b>1 489</b>
<b>TOTAL PASSIVO + CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>9 997</b>	<b>181 711</b>	<b>247 031</b>	<b>247 045</b>	<b>247 060</b>	<b>247 074</b>	<b>247 089</b>

Tabela 10 – Balanço Previsional.

### V.7. Estimativa Cash Flows

Após determinação do valor atual dos custos, benefícios e valorizações do projeto, construiu-se o seguinte quadro de estimativas de cash-flow.

**Mapa de Cash Flows Operacionais**

(valores em euros)

Designação	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
<b>Meios Libertos do Projeto</b>					
Resultados Operacionais (EBIT) x (1-IRC)	1 000	11 200	77 867	77 867	77 467
Depreciações do exercício	1 000	11 200	77 867	77 867	77 467
Provisões do exercício	0	0	0	0	0
	<b>2 000</b>	<b>22 400</b>	<b>155 733</b>	<b>155 733</b>	<b>154 933</b>
<b>Investim./Desinvest. em Fundo Maneio</b>					
Fundo de Maneio	0	0	0	0	0
<b>CASH FLOW de Exploração</b>	<b>2 000</b>	<b>22 400</b>	<b>155 733</b>	<b>155 733</b>	<b>154 933</b>
<b>Investim./Desinvest. em Capital Fixo</b>					
Capital Fixo	-9 600	-171 000	-65 000	0	0
<b>Free cash-flow</b>	<b>-7 600</b>	<b>-148 600</b>	<b>90 733</b>	<b>155 733</b>	<b>154 933</b>
<b>CASH FLOW acumulado</b>	<b>-7 600</b>	<b>-156 200</b>	<b>-65 467</b>	<b>90 267</b>	<b>245 200</b>

**Tabela 11** – Mapa de Cash Flows Operacionais.

Da análise ao quadro resulta que os cash-flow **apresentados ajustam-se à dimensão do projeto**, apresentando valores acumulados positivos a partir do terceiro ano que permitirá, na fase seguinte deste projeto, alavancar a estratégia de concretização do Plano Intermunicipal dos Sacromontes.



## **VI. CONCLUSÃO**

A associação SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, para além da sua missão tendente à elaboração e execução do Programa Intermunicipal dos Sacromontes, assegurando a respetiva valorização e a promoção do património cultural e natural, do ambiente, da paisagem e da vida ao ar livre, visa também, promover políticas conjuntas de conservação da natureza, património agricultura e floresta, turismo, lazer animação, formação, emprego, inclusão, sustentabilidade, inovação, competitividade e internalização da economia, bem como a valorização das atividades agroflorestais.

Em termos económico-financeiros, tal como foi possível constatar pelas projeções apresentadas, trata-se de um projeto com pouca capacidade de recuperação do investimento bem como de gerar receitas próprias. Se a estes condicionalismos económicos, associarmos os constrangimentos legais de natureza territorial e urbanística, concluímos que consubstancia um projeto sem interesse de captar capitais privados.

Não obstante, importa realçar que o retorno social, patrimonial, cultural ambiental, e em última análise, económico que resultará da implementação deste projeto ultrapassa em larga medida os custos a suportar pelos municípios para a sua implementação. De facto, o carater inovador e integrador deste projeto, para além das vantagens ao nível do ordenamento do território e da dimensão ambiental, trará para a região um potencial enorme no sentido de incrementar novas dinâmicas culturais, turísticas, ambientais, etc..

Assim, em face do exposto, consideramos que, de acordo com o Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, alterado pelo DL nº 242/2015 de 15 de outubro, o modelo de gestão escolhido para a Valorização dos Sacromontes, associação de municípios de fins específicos, afigura-se como o modelos mais ajustado aos objetivos pretendidos.